

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO POLÍTICO-JURÍDICO DA SUSTENTABILIDADE

THE IMPORTANCE OF EDUCATION FOR THE CONCRETIZATION TO THE PRINCIPLE POLITICAL – LEGAL OF SUSTAINABILITY

Mayara Pellenz¹
Samara Walzburger²

RESUMO: Trata-se, no presente artigo, da Educação Ambiental como pressuposto da Sustentabilidade, diante da grave crise no que diz respeito ao mundo natural. A Educação é capaz de transformar e emancipar o sujeito, para que este possa agir em prol da manutenção do mundo natural e da (re) construção de sua relação com a Natureza. A pesquisa visa demonstrar que práticas educativas devem ser direcionadas a toda a coletividade e são imperativos, com força legal, a serem observados para a formação de cenários mais harmoniosos. Utiliza-se o método indutivo para descrever a relação entre Sustentabilidade e a Educação Ambiental, bem como a importância das categorias para a superação da crise ecológica vivenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Natureza; Sustentabilidade.

ABSTRACT: It is, in the present article, about the environmental education like assumption of sustainability, against the severe crisis about the natural world. The education can transform and emancipate the man, for it can act in favour the maintenance of the natural world and of (re) construction of its relationship with Nature. The research it's about demonstrating the educative practices must be directed to all collective and are imperatives, with legal strength, to be observed for the formation of more harmonious scenarios. It's used the inductive method to describe the relation between sustainability and environmental education, well like the importance of categories to overcome this environmental crisis that is experienced.

KEY-WORDS: Environmental Education; Nature; Sustainability

INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Direito pela Faculdade Meridional. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Meridional. Pós Graduanda em Psicologia Jurídica – IMED. Integrante do Grupo de Pesquisa Ética, Cidadania e Sustentabilidade na mesma instituição. Docente do Curso de Direito SOCIESC - Blumenau/SC. Advogada. Email: maypellenz@hotmail.com

² Acadêmica de Direito na Faculdade UNISOCIESC em Blumenau, SC. Bolsista institucional do Grupo de Pesquisa: Direito Empresarial e Sustentabilidade. Estagiária no Escritório Deusdith Junior Advogados Associados. E-mail: samara_walzburger@live.com.

Diante do desafio global para a superação da crise ambiental, o Ser Humano possui um papel fundamental na busca de uma sociedade sustentável. Não se admite, nestes tempos, uma postura humana passiva, como se o mesmo fosse um expectador diante da problemática ecológica. Em sua condição humana, o agir deve ser direcionado para a defesa de todas as formas de vida, pois disso depende a manutenção da Humanidade neste Planeta. Em dimensões globais, percebe-se que é no cotidiano que a preservação do mundo natural para o futuro é viabilizada. Um dos vetores para que esse fenômeno seja possível é a Educação³. As práticas educativas, no contexto pós-moderno, são capazes de transformar a realidade hoje posta e caminhar rumo a uma Era Sustentável.

O primeiro ponto deste artigo irá brevemente retomar a historicidade da categoria Educação Ambiental, seu surgimento e sua evolução no tempo, bem como a importância do “educar” para uma Era Sustentável. Após esta abordagem, analisar-se-á para quem e para quem a Educação Ambiental é destinada.

Em relação à Sustentabilidade⁴, em sua dimensão ambiental, entende-se que não é apenas a previsão constitucional a qual trará sua viabilidade concreta. É preciso que, além de sua normatividade, essa categoria seja observada pela Educação, com o intuito de enriquecer a compreensão humana sobre os desígnios naturais e a necessidade de uma conduta humana com vistas a cenários mais pacíficos e harmoniosos. Essa é a convivência desejável na relação entre Ser Humano *versus* Natureza, e que se manifesta como expressão histórica da Consciência Jurídica⁵.

A intenção do presente artigo é analisar a Educação Ambiental como pressuposto para a Sustentabilidade, enquanto categorias jurídicas, dotadas de exigibilidade em razão de sua previsão constitucional. Neste contexto, evidenciam-se alguns indicadores de análise, como a possibilidade de avaliar se Educação Ambiental e Sustentabilidade, consideradas como categorias jurídicas, reúnem condições de orientar as condutas humanas em dimensão global. Outro desdobramento dessa análise busca demonstrar a relação existente entre Educação

³ Significa “[...] formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou, ao longo da aventura no mundo dos seres humanos uma conotação de sua natureza, gestando-se na história, como a vocação para a humanização [...]”. (Freire, 2003, p. 20).

⁴ É a compreensão acerca da capacidade de resiliência entre os seres e o ambiente para se determinar - de modo sincrônico e/ou diacrônico - quais são as condições favoráveis à manutenção, adaptação e perpetuação da vida equilibrada, seja humana ou não humana, a partir de uma matriz ecosófica que se manifesta pelos critérios biológicos, químicos, físicos, informacionais, éticos, territoriais, culturais, jurídicos, políticos, tecnológicos, científicos, ambientais e econômicos.

⁵ “Aspecto da Consciência Coletiva [...] que se apresenta como produto cultural de um amplo processo de experiências sociais e de influência de discursos éticos, religiosos, etc., assimilados e compartilhados. Manifesta-se através de *Representações Jurídicas* e de *Juízos de Valor*. (Melo, 2000, p. 22, grifos originais da obra em estudo).

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

Ambiental e Sustentabilidade, bem como sua importância para superação da crise ecológica hoje vivenciada. Por fim, a problemática a ser analisada ao longo do presente artigo é: Qual a Inter-relação Existente entre Educação Ambiental e o Princípio Jurídico da Sustentabilidade? No que tange à indagação desta pesquisa, qual seja, qual a importância da educação ambiental na concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade, destaca-se, inicialmente, que o Direito a um meio ambiente saudável está previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 *caput*⁶, e é elevado a *status* de Direito Fundamental. Trata-se de um princípio político e jurídico que está intimamente ligado à proteção de outros direitos fundamentais. É preciso verificar como o referido direito deve ser entendido e protegido para que os demais direitos que dele decorrem também sejam efetivados. Este artigo da Constituição Federal demonstra que além dos Direitos Fundamentais do ser humano, é preciso, também, que um direito a um meio ambiente saudável seja efetivado, já que a própria condição humana importa a um desenvolvimento que preserve sua qualidade de vida. Guimarães explica que:

[...] a ligação do homem com o meio ambiente, com seu meio natural guarda uma simbologia [...] que deve ser compreendida sob o enfoque da necessidade de se identificar a natureza antropológica e social do homem com seu espaço ecológico, indissociáveis.⁷

Para cumprir essa finalidade, a pesquisa desenvolve-se por meio do Método Indutivo⁸. As Técnicas utilizadas são a Pesquisa Bibliográfica⁹, a Categoria¹⁰ e o Conceito Operacional¹¹.

⁶ Art. 225 *caput* CF – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

⁷ GUIMARÃES, Bérison Cardoso. Fundamentos ético-filosóficos para a preservação dos bens culturais. In: **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**. Porto Alegre: Magister, 2013, p. 93-109, 2013, p. 101.

⁸ “[...] base lógica da dinâmica da Pesquisa Científica que consiste em pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral”. (Pasold, 2011, p. 205).

⁹ “[...] Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais”. (Pasold, 2011, p. 207).

¹⁰ Nas palavras de Pasold: “[...] **palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou expressão de uma ideia**”. (Pasold, 2011, p. 25, grifos originais da obra em estudo).

¹¹ Reitera-se conforme Pasold: “[...] **uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos [...]**”. (Pasold, 2011, p. 37, grifos originais da obra em estudo).

1 EDUCAÇÃO DIANTE UMA ERA SUSTENTÁVEL

No futuro, o que se pretende alcançar é uma sociedade sustentável¹², justa e harmônica, na qual os seres humanos e não humanos convivam em sintonia e de maneira equilibrada. O desafio é da superação de crises no momento presente, mas os resultados dos esforços de hoje serão percebidos, de forma mais clara, no decorrer do tempo. Leff ressalta que:

[...] a crise ambiental leva a repensar a realidade, a entender suas vias de complexificação, o entrelaçamento da complexidade do ser e do pensamento, da razão e da paixão, da sensibilidade e da inteligibilidade, para a partir daí abrir novos caminhos do saber e novos sentidos existenciais para a reconstrução do mundo [...].¹³

Se todos são dotados de Dignidade e possuem diversos direitos protegidos, deve-se atuar no sentido de se desenvolver a proteção aos ambientes naturais que proporcionam essa existência digna. Essa condição apenas ocorre a partir de ações sustentáveis proporcionadas por estas condutas, pois isso é a condição humana e demonstra a importância do Estado Democrático de Direito no sentido da garantia de direitos aliado a participação do Ser Humano neste processo de evolução.

Diante das incertezas em relação ao futuro, os impactos ambientais precisam ser reduzidos a patamares mínimos desde já. Essa redução implica na elaboração de mecanismos políticos e jurídicos com este intuito. O papel que a Educação possui nesse contexto é relevante, mas poucos são os teóricos que se preocupam com “a dimensão histórico-cultural, epistemológica e transformadora da Educação”¹⁴. A Educação, nesses moldes, é capaz de modificar presente e futuro¹⁵, à medida que seus impactos são consideráveis tanto na vida do

¹² Sustentabilidade significa um processo de compreensão dos limites da natureza e da vida de todos os seres envolvidos biologicamente na dimensão do espaço planetário. Desse modo, tal conceito requer uma compreensão prévia acerca dos procedimentos a serem adotados quando se pensa em desenvolvimento e em vida sustentável. Esse foi o ponto de partida que movimentou os diferentes estudiosos e ativistas dos diversos movimentos ecológicos com vistas ao cuidado, pela preservação da vida. A partir desses pressupostos é que se pode pensar em sociedade sustentável.

¹³ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. Pag. 184.

¹⁴ MOURA, Mara Aguida Porfirio. Epistemologia ambiental na formação da gestão ambiental. In: **Revista Inovare**, Ponta Grossa, v. 11, p. 60 -81, 2011.

¹⁵ A proposta de Educação a que esta pesquisa se destina vai de encontro ao que Foucault preconiza sobre o tema, como crítico do modelo educativo vigente no decorrer da história. Para o mencionado autor, a Educação possui um viés de poder, à medida que “o hospital, primeiro, depois a escola, mais tarde a oficina [...] foram aparelhos e instrumentos de sujeição. Foi a partir desse laço, próprio dos sistemas tecnológicos, que se puderam formar no elemento disciplinar a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia da criança, a psicopedagogia, a racionalização do trabalho. (Foucault, 1987, p. 196). Nesta obra, Foucault explica que a escola, juntamente com o quartel, a prisão, o manicômio e a fábrica são instituições disciplinares que tem como objetivo a formação (ou formatação) física e mental do sujeito, enquadrando-o nas normas e valores da sociedade em que está inserido, de modo a torná-lo

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

ser em formação quanto na vida do adulto. Para Garcia, trata-se de um “[...] processo contínuo de informação e de formação física e psíquica do ser humano para uma existência e coexistência: o individual que, ao mesmo tempo, é social”¹⁶. Por esta razão, entende-se que a Educação Ambiental visa o esclarecimento para toda a coletividade, devido à importância dessa parceria para a manutenção da vida, no seu sentido mais amplo.

A categoria Educação Ambiental remete à ideia de união de duas categorias: a Educação, como modelo pedagógico, e a problemática do Meio Ambiente, que é iminente e com desafios reais, de dimensão planetária, a serem enfrentados na atualidade.

Esclarece Reigota que o conceito de Educação Ambiental não se refere apenas ao ensino da Ecologia ou Meio Ambiente, e nem se caracteriza como ciência capaz de modificar os comportamentos ambientais nocivos, da forma como vem se apresentando nos últimos séculos. Para o autor, “a Educação Ambiental está vinculada ao ambiente e a forma como este é percebido, e não somente a concepção limitadora da categoria, como um dos ramos da problemática do Meio Ambiente”¹⁷. Os desdobramentos do tema, como estudo de licenciamentos, procedimentos, mecanismos jurídicos, legislação, ações populares, Sustentabilidade, e tantos outros elementos que tornam a dimensão ambiental um eixo de pesquisa vasto, não podem ser sinônimos de Educação Ambiental. A categoria possui uma perspectiva muito mais abrangente, pois é o elemento-chave quando se trata a questão do Meio Ambiente. Por este motivo, possui uma faceta transdisciplinar, a qual gravita em torno de outras áreas e que pode contribuir de maneira direta para a preservação e manutenção das formas de vida, no presente e no futuro. Afirma-se, neste ponto, a relevância da Educação como elemento indispensável para enfrentamento dos desafios ambientais atuais. É desse modo que a Educação Ambiental deve ser considerada.

1.1 Aspectos Históricos da Educação Ambiental

obediente ao sistema vigente. Esse cenário, trazido por Foucault, é o paradigma que se deseja superar. Para além de uma Educação sancionadora, busca-se uma Educação de caráter emancipatório, e, portanto, libertador. Rechaça-se a ideia de que a escola é “[...] uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino [...] comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar”. (Foucault, 2003, p. 155).

¹⁶ GARCIA, Maria. A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Revista dos Tribunais**. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política n. 23, 2007. Pag. 57.

¹⁷ REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995. Pag. 13.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

Desde 1946, existem relatos sobre a Educação Ambiental. Pouco a pouco, o tema começou a chamar a atenção¹⁸, mas, foi na década de 1970, que a Educação Ambiental passou a ser discutida de forma mais intensa.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo, em 1972, as categorias Educação e Meio Ambiente conjugaram-se em âmbito global. Barbieri e Silva referem-se à Conferência como um marco, fundamental à questão da Educação Ambiental. Segundo os autores, nesta ocasião, foram criados alguns instrumentos para tratar de problemas sociais e ambientais planetários, como a Declaração sobre o Ambiente Humano¹⁹. Para Pérez-Luño:

A nivel de las organizaciones internacionales la primera iniciativa relevante tuvo lugar en 1972 en Estocolmo, donde se celebrou la Conferencia de la ONU sobre el Medio Humano. Em dicha reunión, pese a las notables diferencias que separaban los planteamientos de los países desarrollados y los tercermundistas²⁰.

Ao mesmo tempo, a UNESCO e o PNUMA estabeleceram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), órgão criado para divulgar os boletins informativos aos países e encarregado de organizar encontros locais, regionais e internacionais sobre a temática.

A Conferência de Tbilisi²¹ (URSS), em 1977, é considerada o momento mais importante da Educação Ambiental. Esta definiu a importância do conteúdo e prática da

¹⁸ Segundo Leff, terminada a década de 1960 surge da crise ecológica colocando os limites ao crescimento econômico e demográfico, o desequilíbrio ecológico do planeta e a destruição da base de recursos da humanidade. A crise ambiental revela o “mito do desenvolvimento” e mostra o lado oculto da racionalidade econômica dominante. Assim, colocaram-se os problemas globais da humanidade, o surgimento de efeitos sinérgicos negativos e acumulativos provenientes da interconexão de um conjunto de processos ecológicos, tecnológicos e econômicos impulsionados pelos princípios da racionalidade moderna. (2009, p. 289).

¹⁹ Neste documento são elencados 26 princípios considerados essenciais para o bem-estar humano, no cotejo entre Direitos Fundamentais e meio ambiente. No rol de princípios, destaca-se a Educação Ambiental, voltada à jovens e adultos, como elemento indispensável à referida harmonização. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>> Acesso em 10 de abr. de 2019.

²⁰ PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitución**. Novena Edición. Madrid: Tecnos, 2005. Pag 493.

²¹ A Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Antiga União Soviética, é considerada um dos principais eventos sobre Educação Ambiental do Planeta. Esta conferência foi organizada a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU - PNUMA e, deste encontro, saíram às definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental no mundo. Nesta Conferência estabeleceu/ram-se finalidades, objetivos e princípios à respeito da Educação Ambiental [...] No Brasil, a influência de Tbilisi se fez presente na Lei n. 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, suas finalidades e mecanismos de formulação e execução. A lei se refere, em um de seus princípios, à educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, a fim de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Conferência de Tbilisi. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/27425/conferencia-de-tbilisi-1977#ixzz3cUcVukb8>> Acesso em: 08 mai. 2019.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

Educação, orientada para a resolução dos problemas concretos da questão ambiental, por meio de enfoques interdisciplinares²² do ensino formal e não formal, bem como de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade²³. A Declaração de Tbilisi, documento firmado na Conferência, expõe os objetivos da Educação Ambiental, com finalidade de nortear as ações educativas no mundo. Nessa oportunidade, instituiu-se que:

A Educação Ambiental é uma dimensão do conhecimento que pretende preparar o cidadão para desenvolver a sua consciência individual e assim possa realizar uma leitura crítica de mundo levando-o a desenvolver valores, habilidades, experiências, conhecimentos e motivações que lhe permita identificar, compreender e resolver coletivamente os problemas reais do meio ambiente [...] A Educação Ambiental é uma prática social que estimula o reflexo crítico para a busca de soluções e ações racionais sobre os problemas socioambientais em nosso meio²⁴.

Na mesma linha de pensamento, Talomani e Sampaio afirmam que a Educação Ambiental corresponde a “apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente”²⁵, fundamental para o enfrentamento dos problemas ambientais que se agravam ao longo do tempo. A Educação Ambiental, nesta perspectiva, significa um processo de (re) construção da relação humana com o ambiente, pois trata-se de uma prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter de autonomia²⁶ e emancipação em sua relação com a Natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de “potencializar a atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental”²⁷. Em relação a essa retomada histórica, Moura afirma que:

²² Japiassú distingue a interdisciplinaridade de outros níveis de relação e cooperação entre as disciplinas nos seguintes termos: “gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas”; a pluridisciplinaridade: “justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas”; e a transdisciplinaridade: “coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino inovado, sobre a base de uma axiomática geral. JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

²³ Conferência de Tbilisi. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/27425/conferencia-de-tbilisi-1977#ixzz3cUcVukb8>> Acesso em: 08 mai. 2019.

²⁴ TALAMONI, Jandira Lúcia Biscalquini; SAMPAIO, Aloísio Costa. **Educação Ambiental: a prática pedagógica à cidadania**. São Paulo: Escritura, 2008. Pag. 12.

²⁵

²⁶ Para Pires, a Educação é responsável pela construção da autonomia do ser humano. Uma das ações que permitem o desenrolar desse processo de educação para a autonomia diz respeito a fortalecer o interesse pelas relações e situações extraescolares, por exemplo, a vida da comunidade seja na dimensão política, religiosa, ética, estética ou econômica, tendo em vista que a cidadania está sendo preparada não só no cotidiano escolar, mas na perspectiva mais ampla da sociedade civil. (2014, p. 47).

²⁷ TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa em educação ambiental na universidade. In: **Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. TALAMONI, Jandira Lúcia Biscalquini; SAMPAIO, Aloísio Costa (org). São Paulo: Escrituras Editora, 2003. Pag. 12.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

A educação ambiental originou-se frente a um novo foco de abordagem do conhecimento fomentado pela crise ambiental problematizando pelos paradigmas estabelecidos do conhecimento e demandando novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade.²⁸

Na agenda de eventos, na qual a Educação Ambiental é pauta principal, destacam-se outros encontros de acentuada relevância para a consolidação da Educação Ambiental, a citar: o Seminário Educação Ambiental para América Latina, realizado na Costa Rica, em 1979, e o Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental, ocorrido na Argentina, em 1988. Em relação à documentos, destaca-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que, segundo Loureiro, “[...] expressa o que os educadores de países de todos os continentes pensam em relação à Educação Ambiental e estabelece um conjunto de compromissos coletivos para a sociedade civil planetária”.²⁹

O Tratado é resultado dos debates ocorridos no Fórum Global das Organizações Não-Governamentais que foi realizado simultaneamente à reunião de chefes de Estado ocorrida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992³⁰. O parágrafo de apresentação do Tratado possui o seguinte conteúdo:

Este tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta³¹.

²⁸ MOURA, Mara Aguida Porfirio. Epistemologia ambiental na formação da gestão ambiental. In: **Revista Innovare**, Ponta Grossa, v. 11, p. 60 -81, 2011.

²⁹ LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Pag. 82.

³⁰ Na conferência do Rio 92 (1992), são proclamados 27 princípios por meio da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente, os quais contemplam os seguintes conteúdos: Direito ao um meio ambiente sadio (01); Direitos de acesso: informação, participação e justiça (10); Implementação nacional do desenvolvimento sustentável (3, 4, 8, 20 e 21); Dever de cooperar (5, 6, 7, 9, 12, 18 e 19) – Responsabilidades comuns, porém diferenciadas; Dever de evitar o dano ambiental (2, 14, 17, 24); Dever de reparar o dano ambiental (10 e 13); Dever de adotar legislações ambientais (11); Princípio do contaminador – pagador (16); Reconhecimento do direito das minorias (22 e 23); Princípio (enfoque) da precaução (15) e da Indissolubilidade da paz, do desenvolvimento e da proteção ambiental (25 e 26). (Ferrer, 2011, p. 1448).

³¹ Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>> Acesso em 9 de mai de 2019.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

Dentre outros marcos, ressalta-se a Conferência do Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade. Esta Conferência foi sediada em Thessaloniki, Grécia, em 1997, e objetivou a “formação de professores, a produção de materiais didáticos e a realização de encontros de menor porte para a troca de experiências entre educadores”³². Ainda que as declarações e as orientações destes eventos estipulassem diretrizes genéricas e direcionadas aos países, debruçando-se pouco sobre as especificidades locais e regionais, tratou-se de um avanço que caminhou ao lado de outras discussões, como Sustentabilidade, legislação ambiental, Desenvolvimento Sustentável, dentre outras.

1.2 A Educação Ambiental no Brasil

Em relação à Educação Ambiental em terras brasileiras, a primeira iniciativa governamental nesse sentido, foi à criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) no âmbito do Ministério do Interior, que, dentre outras atividades, incorporou a Educação Ambiental, em 1973. Em 1977, a referida secretaria estruturou um grupo de trabalho para a elaboração de documentos sobre a Educação Ambiental, definindo o seu papel no contexto brasileiro.

Em 1984, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) expediu uma resolução, estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental, e em 1987, o Ministério da Educação (MEC) aprovou o Parecer nº 226/87, que determina inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus. O avanço foi significativo, mas a Educação Ambiental somente conquistou um patamar de exigibilidade constitucional em 1988, com o advento da Constituição Brasileira.

O artigo 225, inciso VI afirma a “[...] necessidade de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”³³. O artigo 205 da Constituição também preconiza que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”³⁴. Um ano depois, em 1989, foi criado o órgão IBAMA: Instituto

³² LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Pag. 82.

³³ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 abr. 2019.

³⁴ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 abr. 2019.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Este órgão unificou diversos outros órgãos e centralizou a chamada Divisão de Educação Ambiental. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) também foi criado nessa nova estruturação, e o Ministério do Meio Ambiente passou a incentivar, de forma mais intensa, projetos de Educação Ambiental.

O Ministério da Educação, em 1991, expediu a Portaria nº. 678 determinando que todos os níveis de ensino deveriam contemplar conteúdos de Educação Ambiental. Essa iniciativa foi completada com a criação, em 1993, dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com o objetivo de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental. No mesmo sentido, em 1996, foram criados os novos parâmetros curriculares do MEC os quais incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo³⁵.

A Educação Ambiental, adstrita como disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino no Brasil, somente ocorreu com o advento da Lei nº 9.795/99. Essa Lei dispõe sobre a Educação Ambiental no Brasil, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e traz outras providências. No seu artigo 1º, a Lei preconiza que Educação Ambiental corresponde aos:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade³⁶.

O artigo 10 da mesma Lei estabelece que a Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e deve estar presente também no currículo de formação de professores.

Em síntese, no Brasil, a Educação Ambiental é oriunda, primeiramente, da gestão ambiental dos órgãos e das diretrizes legais para essa função. Somente em 1999, a Educação Ambiental conquistou destaque, ao ser inserida no currículo de ensino, como resultado das articulações de gestores, ambientalistas e educadores, ainda que o artigo 225 da Constituição Federal já trouxesse determinações neste sentido. Ressalta-se que as leis estaduais e municipais são leis de âmbito regional e local, respectivamente, e que devem estar em consonância com o disposto em Constituição Federal. Sob igual critério, o apoio à Educação Ambiental é possibilitado pelas ações de ONGs e demais instituições atuantes na questão ambiental, tanto no âmbito formal de ensino quanto no informal. Neste viés, “o direito à Educação é o direito de

³⁵ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 abr. 2019.

³⁶ BRASIL. **LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

ser e de saber; de aprender a aprender; de pensar, discernir, questionar e propor; é o treinamento para chegar a ser autores de nossa própria existência, sujeitos autônomos, seres humanos livres”³⁷.

A influência entre o respeito a direitos fundamentais e o dever do Ser Humano no que tange a realidade ambiental demonstra ser uma nova maneira de encarar os problemas ambientais, causados pelo próprio Ser Humano. É por esse motivo que como Estado Democrático de Direito que é o Brasil, protege em sua Lei Maior, condições para que este modelo possa se concretizar.

A Constituição prevê Direitos Fundamentais, tem a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos e, dentre o amplo catálogo de direitos protegidos, está o direito a um meio ambiente saudável para a essencial qualidade de vida de seus integrantes. Esse argumento demonstra que os Seres Humanos têm amplamente direitos protegidos, que devem ser conhecidos por ele, mas, também, implica que como ser participativo do modelo de Estado que possui o Ser Humano também o dever de preservar estas condições para que a Dignidade Humana possa continuar a ser respeitada perante as futuras gerações, já que a qualidade de vida prevista pelo artigo 225 é desdobramento direto da Dignidade Humana a partir da preservação de um meio ambiente equilibrado. Aqui aparece a importância das ações sustentáveis para a preservação do meio.

Schwartz explica que:

[...] o artigo 1º da Constituição de 1988 estabelece o Brasil como um Estado Democrático de Direito, o que implica algumas características/princípios vinculantes ao modelo estatal que se quer implantar, todas elas ligadas a uma reestruturação/transformação da sociedade. É um vínculo jurídico-ético-político do qual o Brasil não pode se desapegar. ³⁸

Por ser um Estado Democrático de Direito que se funda em valores e princípios relevantes para uma sociedade livre, cujo objetivo é a busca por Justiça Social, no que concerne o direito a um meio ambiente equilibrado, “[...] vale dizer que o Estado Democrático de Direito impõe a todos os componentes da sociedade brasileira o dever de se buscar a transformação da realidade”.

³⁷ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. Pag. 189.

³⁸ SCHWARTZ, Germano André Doederlein. **Direito a saúde**: efetivação em uma perspectiva sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

O que acontece é que a proteção deste direito a um meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida do Ser Humano, depende, muitas vezes, da sua consciência e da vontade de implantar políticas para esta preservação. Quando essa atitude ocorre começa a aparecer os problemas inerentes ao tema tratado.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PARA QUE(M)?

A Educação Ambiental é um desafio contemporâneo. Em ordem cronológica a partir do século XX, a agenda internacional acerca do tema culminou em ações políticas e jurídicas, que possuem caráter de exigibilidade há pouco tempo. É necessário esclarecer para que (m) a Educação Ambiental se destina, quais são seus significados e seu alcance. No cotejo entre meio ambiente e Educação, é fundamental desenvolver um senso crítico reflexivo que permita esclarecer como se chegou até aqui – a partir dos modelos de desenvolvimento adotados - e quais são as perspectivas em relação ao futuro. Nesse viés, Medina salienta que:

Uma educação crítica e prospectiva, onde sejamos capazes de realizar criticamente a tensão entre projeto e realidade; uma educação compromissada, que implique na esperança de transformar o homem de hoje no homem mais pleno de amanhã; uma educação com consciência dos riscos e das limitações, com um planejamento realista, como instrumento³⁹.

É preciso assumir este compromisso para transformar a realidade. A partir desta ideia, insiste-se: a Educação Ambiental deve ser direcionada à comunidade, responsável direta por ações cotidianas que englobem a questão ambiental. Nesse ponto, em caráter de complementariedade, a Educação Ambiental possui duas esferas: a formal se refere ao conhecimento dentro dos limites da instituição educadora, ao passo que a informal se encontra disseminada nas interações e nas experimentações coletivas no momento presente. O viés formal e o viés informal da Educação Ambiental possuem igual importância. Enquanto nas escolas o conhecimento é direcionado aqueles que estão em plena formação, a Educação Ambiental informal é direcionada à comunidade, que inclui a todos, indiscriminadamente.

³⁹ MEDINA, Naná Mininni. Breve histórico da Educação Ambiental. In: **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Orgs.). Brasília: IPE, 1997. Pag. 39.

Práticas educacionais, neste sentido, são capazes de transformar a sociedade⁴⁰ desde o momento presente. Por esse motivo, a Educação Ambiental deve ser considerada uma disciplina que transcende o espaço escolar, ou seja, para além de discursos e lições, é preciso reflexão acerca dos valores⁴¹ caros a sociedade, bem como ações em prol da harmonização entre todas as formas de vida diante de um contexto de crise⁴². O processo educativo, com enfoque no meio ambiente, deve reforçar a ideia de que o indivíduo se insere numa ampla comunidade viva. Para tanto, a metodologia e o direcionamento do conhecimento, na Educação Ambiental, deve ser no sentido de que o mundo natural é parceiro indispensável à manutenção da vida humana na Terra. Por esse motivo, é necessária uma “Educação com foco em comportamentos transformadores, que liberte o pensamento, que gere capacidade para as autossuficiências dos povos, que não seja um mecanismo de adaptação às razões de força maior do mercado e de suas favelas de sobrevivência”⁴³.

O agir político viabiliza um processo educacional coletivo e relevante para a efetivação das referidas transformações. O ser humano, ciente das condições da vida contemporânea, é capaz de modificar o cenário socioambiental a partir de uma nova compreensão de mundo.

Ocorre que esse é um processo que muitas vezes, não se faz sozinho. A Educação Ambiental, nos moldes a que se propõe, é crítica⁴⁴ e não possui caráter individualizado, mas denota um “educar” que é comunitário. A esse respeito, Gutiérrez e Cruz explicam que uma nova forma de pensar resulta em “atitudes básicas de abertura, interação solidariedade, subjetividade coletiva, equilíbrio energético e formas de sensibilidade, afetividade e espiritualidade”⁴⁵. No mesmo sentido, Leff destaca que:

A educação ambiental incorpora os princípios básicos da ecológica e do pensamento complexo; mas não é tão somente um meio de capacitação em novas técnicas e instrumentos para preservar o ambiente e para valorizar os bens e serviços ambientais; não se limita a nos preparar para nos

⁴⁰ Phillippi Junior afirma que a educação é a transformação do sujeito que ao transformar-se, transforma o seu entorno. (2004, p. 16).

⁴¹ O preâmbulo da Constituição Federal explicita quais são os valores cuja realização serviram de objetivo à instituição do Estado Democrático de Direito (liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça). O art. 3º da mesma Carta menciona os objetivos a serem alcançados pela República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

⁴² Para Gutiérrez e Cruz, a crise da sociedade contemporânea é “[...] uma crise de valores e de destino”. (2013, p. 13).

⁴³ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. Pag. 176.

⁴⁴ Para Morin, na educação ambiental crítica, o conhecimento para ser pertinente não deriva de saberes desunidos e compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis ao processo pedagógico (2000, p. 36).

⁴⁵ GUTIÉRREZ, Francisco e CRUZ, Prado. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999. Pag 39-40.

adaptar às mudanças climáticas e ao aquecimento global; a sobreviver na sociedade do risco, para além das precárias seguranças que a ciência e o mercado poderiam oferecer.⁴⁶

Por esta razão, a Educação Ambiental deve estar em consonância com o mundo da vida, possibilitando o processo educativo em um ambiente informal e rechaçando a ideia ultrapassada de educandos tolhidos de experimentações humanas e sensíveis. É preciso capacitar e transmitir o conhecimento com S/sensibilidade, além da “[...] capacidade de chegar ao outro, de abrir-se ao meio, de percorrer caminhos de compreensão e expressão, de promover processos e de facilitar aprendizagens abertas”.⁴⁷ Na mesma linha de pensamento, para Freire, a Educação é “[...] essencialmente um ato político que visa possibilitar ao/à educando/a compreensão de seu papel no mundo e de sua inserção na história”⁴⁸.

Além desses argumentos, percebe-se que o “educar” possui estreita ligação com os valores⁴⁹, que fazem sentido somente quando e se compartilhados. Conforme Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão [...]”⁵⁰. Para Hartmann e Zimmermann, é fundamental educar os cidadãos, “não apenas para a aquisição de conhecimento, mas para o seu uso ético e responsável”⁵¹. Essa condição exige coragem e comprometimento pois:

[...] a educação ambiental não se constitui em mais uma ciência, mas em áreas do conhecimento que busca organizar, coordenar, direcionar e articular saberes capazes de minimizar os problemas ambientais atuais e fomentar uma nova forma de cultura do pensamento ambiental sobre o uso dos recursos naturais e sociais em consonância com um processo de sustentabilidade.⁵²

⁴⁶ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. Pag. 180.

⁴⁷ GUTIÉRREZ, Francisco e CRUZ, Prado. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999. Pag 367.

⁴⁸ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pag. 39.

⁴⁹ Para Silva, o “[...] Valor evoca idéia de importância, de satisfação, de elevação para o ser humano. Algo transcendental que toca os sentimentos mais puros do coração. Inesgotável, do ponto de vista de sua representação ideal. Valor, como objeto recai no bem, na virtude, na justiça, no universal, na paz, em oposição ao mal, ao vício, à injustiça, ao particular, ao conflito. O ser humano constitui o centro de irradiação e de convergência do(s) valor(es). Nenhuma espécie de valor, por maior força de argumento, supera o valor da pessoa humana”. (2009, p. 152).

⁵⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pag. 39.

⁵¹ HARTMANN, Angela Maria; ZIMMERMANN, Erica. A sustentabilidade como proposta interdisciplinar para o ensino médio. In: **Questões epistemológicas contemporâneas: o debate modernidade e pós-modernidade**. IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, Rio Claro. São Paulo, 2007. Pag. 3.

⁵² MOURA, Mara Aguida Porfirio. Epistemologia ambiental na formação da gestão ambiental. In: **Revista Innovare**, Ponta Grossa, v. 11, p. 60 -81, 2011.

No mesmo sentido, para Loureiro, “a Educação Ambiental pode não ser suficiente para se entender o que se pretende com a prática educativa ambiental”⁵³. Então, é preciso estimular uma educação que também seja política, no sentido de conceder a todos a possibilidade de agir em prol da harmonização da relação SER HUMANO *versus* Natureza. Assim, a Educação Ambiental representa um processo educativo amplo, formal ou não, “abarcando as dimensões políticas, culturais e sociais, capaz de gerar novos valores, atitudes e habilidades compatíveis com a Sustentabilidade de vida no planeta”⁵⁴. Esse é o elo de ligação entre Educação Ambiental e Sustentabilidade. Práticas educativas com vistas ao meio ambiente influenciam o desenvolvimento da pessoa e transforma o educando em um ator social capaz de estruturar uma nova consciência, em prol do mundo natural, que tanto é necessária na sociedade sustentável que se almeja alcançar.

Assim, a Educação Ambiental é responsável pela formação de cidadãos atentos, participativos e engajados na questão ambiental, para muito além de lições teóricas. A Educação é meio de transformação social, mas somente o agir humano que efetivamente fará diferença no tempo presente. Enfatiza Leff que:

[...] a educação ambiental e os educadores ambientais devem assumir o desafio de abrir os caminhos para essa mudança cultural comprometida com a desobjetivação e descodificação do mundo. Para além dos valores fundamentais e fundamentalistas nos quais a sociedade atual busca abrigo e defesa, devemos aventurar-nos a renovar os sentidos da existência humana e abrir as comportas para uma ressignificação do mundo e da natureza.⁵⁵

O que se pretende é a vivência efetiva desta educação, para todos os destinatários da categoria, quais sejam: crianças, jovens e adultos. A transmissão do conhecimento curricular, ocorre, via de regra, na instituição de ensino. Mas, em relação à Educação Ambiental, não é possível limitar o processo educativo à estrutura escolar. A Educação Ambiental a que se propõe possui um aspecto informal de aprendizado, com as interações e as sinergias próprias do ser humano, as quais se manifestam no território presenteísta do cotidiano. Nesse sentido:

⁵³ LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; COSSÍO, Mauricio F. Blanco. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto. Mello. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental**. Trajber, Raquel (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Pag. 66.

⁵⁴ LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Pag. 70.

⁵⁵ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. Pag. 183.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

[...] a ação politicamente comprometida com o “outro”, em que não existe a dicotomia entre Homem e Mundo, mas sim a inquebrantável solidariedade que, criticamente, analisa e intervém, captando o futuro (o ser mais), o dever da realidade, temporalizando o espaço, indo para além do presente normatizado e estratificado que caracteriza o pensamento ingênuo⁵⁶.

A Educação Ambiental é uma proposta na qual todos estão envolvidos: escola, família, sociedade, gestores e Poder Público. O aprendizado deve ser um processo constante, sem interrupções, e estar disseminado no corpo social, por meio de iniciativas populares, dos meios de comunicação ou da rede virtual:

[...] com o propósito de socializar uma compreensão e conhecimentos socioambientais, buscando minimizar a cegueira e a miopia da especialização, a qual procura reformular o pensamento cultural educativo, e preencher as lacunas do pensamento científico mutiladas por ideologias individuais ou isoladas, almejando um desenvolvimento do pensamento complexo, originando um novo princípio da reorganização das disciplinas científicas e da reformulação da estrutura pedagógica do ensino.⁵⁷

O cenário descrito é necessário para desenvolver a Educação Ambiental, no viés formal e informal, pois a Sustentabilidade também está presente. Sem dúvida, as orientações e conteúdos da Educação Ambiental dependem “[...] das estratégias de poder implícitas nos discursos de sustentabilidade e no campo do conhecimento”⁵⁸.

A partir desta premissa, admite-se que a Educação é um dos caminhos na superação da atual crise ecológica. A Educação Ambiental pode ser “uma poderosa ferramenta de intervenção no mundo para construção de novos pensamentos e consequente mudança de hábitos, além de ser importante instrumento de construção de conhecimento”⁵⁹. Esse pensamento constitui um objetivo da Educação Ambiental, instrumento pelo qual a Cidadania vai se desvelando. A possível construção de um futuro sustentável terá de ocorrer na arena política, mas “a escola pode ser o melhor laboratório, o melhor espaço de experimentação e de formação para esta mudança civilizatória. Por isso é necessário dar carta de cidadania à educação ambiental”⁶⁰.

⁵⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pag. 108-110.

⁵⁷ MOURA, Mara Aguida Porfirio. Epistemologia ambiental na formação da gestão ambiental. In: **Revista Innovare**, Ponta Grossa, v. 11, p. 60 -81, 2011.

⁵⁸ LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. REIGOTA, Marcos (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Pag. 123.

⁵⁹ CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002. Pag. 34.

⁶⁰ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. Pag. 184.

Com isso, formam-se cidadãos comprometidos, capazes de agir em conformidade com os conhecimentos adquiridos. Essa é a importância de se direcionar a Educação Ambiental para todas as pessoas, de todas as idades e nos mais diversos espaços de atuação. Nesta perspectiva, Reigota salienta que a Educação Ambiental deve ser baseada no diálogo entre gerações e culturas, na busca da cidadania local, continental e planetária, bem como na perspectiva de uma sociedade mais justa⁶¹.

Para tanto, na busca de sistema educativo dinâmico, não mecânico e linear, desafios precisam ser superados. Para a completa formação do cidadão, numa condição emancipatória, os educadores também precisam estar preparados e isso enseja a reformulação do sistema educativo no Brasil⁶². Para que não se torne um processo educativo deficiente, a Educação Ambiental precisa ser repensada, para abarcar todas estas questões e superar as dificuldades identificadas. Da mesma forma, o processo de ensino no Brasil, como um todo, também precisa ser reavaliado. Sobre o tema, Leff destaca que:

[...] não obstante os novos espaços de reflexão e atuação abertos pela educação ambiental nas últimas três décadas, tomadores de decisões, funcionários públicos e educadores continuam concentrando seus esforços em satisfazer em primeiro lugar às necessidades básicas do sistema educacional, antes de lançar em campanhas inovadoras para criar uma nova pedagogia ambiental, e incursionar por novos temas que parecem secundários diante do mais urgente.⁶³

A escola possui um papel fundamental na formação do sujeito, e a Educação Ambiental pode ser implementada como elemento de uma transformação que impulsiona, que forma, que ensina e que transmite, não apenas conhecimento, mas também valores fundamentais à formação do ser. Nesse ponto, a “Educação Ambiental requer um ensino que transcenda aos limites disciplinares e conceituais do conhecimento”⁶⁴. Assim:

Não devemos, portanto, assumir a educação ambiental como imposição de determinados princípios, inculcação de certos valores, pois estes processos propiciam a submissão, a atuação irreflexiva na qual os educandos não tomam consciência de sua condição humana, de suas responsabilidades como sujeitos sociais. Educar em valores, eticamente, significa promover nos sujeitos a elaboração e o desenvolvimento de uma

⁶¹ REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995. Pag. 87.

⁶² A esse respeito, Krasilchik explica que "as transformações que temos tentado são superficiais e limitadas [...] substituímos conteúdos por outros mais atuais [...], mas a observação sistemática nas salas de aula revela que a maioria dos docentes ainda se limita a transmitir informações" (1980, p. 179).

⁶³ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. Pag. 189.

⁶⁴ ANJOS, Maylta Brandão dos. **Educação Ambiental e Interdisciplinaridade**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Libra Três, 2008. Pag. 187.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

racionalidade moral substantiva, de modo autônomo e comprometido, para que tomem decisões pessoais, através do exercício de sua liberdade responsável⁶⁵.

Para cumprir suas finalidades, a Educação Ambiental precisa ter um alcance, uma efetividade, uma dinâmica que seja capaz de produzir resultados já no momento presente e “[...] que não seja resultado de leis de mercado, mas da mudança de valores”⁶⁶. Esse cenário é oportunizado quando se une teoria à prática. Não obstante haja prevalência da Educação Ambiental no ambiente escolar, essa dinâmica pode ser realizada em outro contexto, na busca da concretização do princípio da Sustentabilidade. Durante este processo, abrem-se novos caminhos, que dizem respeito a uma pedagogia democrática e de compreensão, ou seja, “*uma pedagogía para la vida cotidiana*”⁶⁷.

A Educação Ambiental surge como uma proposta para o enfrentamento da crise ambiental, na disseminação de novos referenciais e de compromissos solidários com as gerações presentes e futuras. Por este motivo, o caráter interdisciplinar da categoria contribui para a existência de entendimentos e formas de abordagem diferenciadas, voltados para o agir humano ético e responsável a partir da análise crítica⁶⁸ da problemática ambiental.

O caminho de transformação a ser trilhado, rumo à “harmonia ambiental”⁶⁹, é, em verdade, a rota que concretiza a Sustentabilidade. Pelas razões explicitadas, a educação ambiental é uma forma organizada de entender, aceitar, praticar e transmitir esses valores que intercedem e fundamentam a inteligência dos que se voltam a favor da defesa do meio ambiente, como uma das formas de defender a própria sobrevivência.

CONCLUSÃO

⁶⁵ GAUDIANO, Edgar González; KATRA, Lyle Figueroa. Valores e educação ambiental: aproximações teóricas em um campo em contínua construção. In: **Educação e Realidade**. Volume 34. Numero 3. 2009, p. 16. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9081/6707>. Acesso em: 13 maio 2019. Pag. 16.

⁶⁶ GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000, p. 158.

⁶⁷ ANTUNES, Angela e Gaddoti, Moacir. La ecopedagogía como la pedagogía indicada para el proceso de la Carta de la Tierra. In: **La Carta de la Tierra em acción**. Disponível em: <http://www2.minedu.gob.pe/digesutp/formacioninicial/?p=823>. Acesso em: 5 mai. 2019.

⁶⁸ Carvalho reforça a ideia de uma educação ambiental crítica (2006, p. 36).

⁶⁹ A harmonia ambiental supõe tolerância, respeito, igualdade social, cultural, de gênero e aceitação da biodiversidade (Gutiérrez; Cruz, 1999, p. 32).

Uma sociedade em processo de desenvolvimento enfrenta problemas, alguns de maior relevância que outros, em função do risco que enfrentam associado ao tipo de crise vivida. O arcabouço que se estabelece a partir dos fundamentos morais torna-se instável diante de uma crise de valores; do mesmo modo, as compreensões acerca dos parâmetros do desenvolvimento e da sustentabilidade dos seus procedimentos mostram-se fragilizadas diante da crise ambiental.

Os anseios de um contínuo processo de ampliação da base material de conforto e bem estar, embora legítimos, encontram barreira no balanceamento custo/benefício em termos de comprometimento dos recursos naturais. Uma nova cultura emerge à antiga. A ética vivenciada supera a mera aplicação da norma técnica, por mais consagrada que esta seja. O cuidado pondera o consumo e pode evitar o agravamento da crise ambiental.

A discussão a respeito da crise ambiental diz respeito a comunidade internacional, e, por esta razão, desde 1970 uma agenda política internacional surgiu com vistas nestas questões. A retomada histórica de documentos internacionais sobre o tema Educação Ambiental estrutura um processo educativo que se deseja, pautado em valores éticos, fraternos e morais, nos mais diferentes segmentos da sociedade. Instituiu-se, nestes encontros, a Educação Ambiental, como categoria capaz de proporcionar a compreensão sobre a importância do mundo natural, bem como a participação política e social na proteção desse mundo.

No Brasil, a Educação Ambiental é um dos pressupostos para a Sustentabilidade. É juridicamente apresentada como parte integrante do processo educativo em todos os níveis escolares. O caráter interdisciplinar da temática permite que as abordagens não estejam presentes em somente em disciplinas como Biologia, Ciência ou Ecologia, mas em todas as matérias curriculares. Além disso, a Educação Ambiental possui um viés informal, e direciona-se também a coletividade, em seu sentido mais amplo.

O educando deve, durante sua vida escolar, compreender a dinâmica da sociedade, a existência de organismos internacionais de proteção e controle e os objetivos das agendas políticas. Necessário compreender o significado da natureza como organismo vivo e qual a importância da sua manutenção para vida humana na Terra.

O processo educativo que se propõe é o oposto da Educação individualista e mecânica que ocorreu nos últimos séculos. Busca-se a transmissão do conhecimento a partir de uma condição dinâmica e emancipatória, disseminada tanto no ambiente escolar quanto no corpo social.

A Educação Ambiental significa apropriar-se do conhecimento, bem como vivenciar e experimentar, no cotidiano, as lições aprendidas e (re) significar a relação do gênero humano

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

com o meio ambiente. A construção de uma Educação, nesses moldes, significa o exercício da cidadania e de valores que o espaço democrático pretende oportunizar, pois Educação Ambiental é categoria capaz de conduzir a Humanidade a uma era sustentável.

Desta forma, a Educação dentro e fora da escola deve ser uma realidade, direcionada tanto aqueles que estão em formação quando à coletividade, em idade adulta ou infantil. A Educação que se almeja conquistar será possível se vivenciada e experimentada no cotidiano, como processo educativo permanente e coletivo.

A partir do artigo 225 da Constituição Federal, institui-se uma nova forma de relacionar Natureza e Humanidade, por meio do paradigma da Sustentabilidade. Este princípio norteador das ações humanas concretiza a manutenção de um ecossistema saudável e equilibrado, com vistas às gerações vindouras, em processos de inter-reciprocidade.

A proteção a um meio ambiente equilibrado a partir de ações sustentáveis é o caminho certo para que o Ser Humano possa continuar o caminho do progresso. Não será possível continuar esta caminhada desrespeitando os recursos naturais, dos quais o próprio ser humano necessita para sobreviver.

Quando se fala em qualidade de vida, da qual o artigo 225 da Constituição Federal se refere, esta é um *plus* às condições de vida existenciais, mas não se sabe se será possível falar em qualidade de vida se as condições ambientais não forem efetivamente respeitadas, pois sem um meio ambiente equilibrado e adequado para a vida humana, futuramente não se sabe se será possível a preservação da existência humana, quem dirá sustentar que haverá uma vida digna com a sadia qualidade de vida que se está ostentando. Por esse motivo ressalta-se a importância da consciência humana a respeito do quanto suas ações influenciam para este processo de desenvolvimento, sustentável, que preserve a vida com qualidade e dignidade.

Com vistas no futuro, busca-se mitigar as irracionalidades humanas e o Direito auxilia neste processo. A legislação brasileira acatou as determinações internacionais neste sentido. Contudo, normativas legais precisam aliar-se ao agir humano em prol da questão ambiental. Por esse motivo, a Sociedade precisa reinventar-se e repensar seu modelo de desenvolvimento, e a Educação é um dos caminhos para que essa condição se viabilize. É necessária uma nova forma de atuar no plano terrestre. A consciência cívica que reflete, de forma direta, no Meio Ambiente, deve ser pautada nos pilares da Educação e da Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

ANJOS, Maylta Brandão dos. **Educação Ambiental e Interdisciplinaridade**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Libra Três, 2008.

ANTUNES, Angela e Gaddoti, Moacir. *La ecopedagogía como la pedagogía indicada para el proceso de la Carta de la Tierra*. In: *La Carta de la Tierra em acción*. Disponível em: <http://www2.minedu.gob.pe/digesutp/formacioninicial/?p=823>. Acesso em: 5 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

CONFERÊNCIA DE TBILISI. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/27425/conferencia-de-tbilisi-1977#ixzz3cUcVukb8>. Acesso em: 8 mai. 2019.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html> Acesso em: 10 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000, p. 158.

GARCIA, Maria. A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Revista dos Tribunais**. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política n. 23, 2007.

GAUDIANO, Edgar González; KATRA, Lyle Figueroa. Valores e educação ambiental: aproximações teóricas em um campo em contínua construção. In: **Educação e Realidade**. Volume 34. Numero 3. 2009, p. 16. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9081/6707>. Acesso em: 13 maio 2019.

GUIMARÃES, Bérqson Cardoso. Fundamentos ético-filosóficos para a preservação dos bens culturais. In: **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**. Porto Alegre: Magister, 2013, p. 93-109, 2013, p. 101.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GUTIÉRREZ, Francisco e CRUZ, Prado. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.

HARTMANN, Angela Maria; ZIMMERMANN, Erica. A sustentabilidade como proposta interdisciplinar para o ensino médio. In: **Questões epistemológicas contemporâneas: o debate modernidade e pós-modernidade**. IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, Rio Claro. São Paulo, 2007.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis, (RJ): Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** REIGOTA, Marcos (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; COSSÍO, Mauricio F. Blanco. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto. Mello. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental.** Trajber, Raquel (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajétoria e Fundamentos da Educação Ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MEDINA, Naná Mininni. Breve histórico da Educação Ambiental. In: **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil.** PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Orgs.). Brasília: IPE, 1997.

MOURA, Mara Aguida Porfirio. Epistemologia ambiental na formação da gestão ambiental. In: **Revista Inovare,** Ponta Grossa, v. 11, p. 60 -81, 2011.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática.** 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitución.** Novena Edición. Madrid: Tecnos, 2005.

PIRES, Cecília. O Protagonismo do Educador e o Processo Comunitário de Educação. In: **Desafio da Educação para os novos tempos.** NEUMANN, Laurício (org). Porto Alegre: Evangraf, 2014.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHWARTZ, Germano André Doederlein; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Gestão Compartida sanitária no Brasil possibilidade de efetivação do direito à saúde. In: SCHWARTZ, Germano (Org.). **A saúde sob os cuidados do direito**. Passo Fundo: UPF, 2003.

SILVA, Moacyr Motta da. A idéia de valor como fundamento do direito e da justiça. In: **Política jurídica e pós-modernidade**. DIAS, Maria da Graça dos Santos; MELO, Osvaldo Ferreira de; SILVA, Moacyr Motta da (Org.). Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

TALAMONI, Jandira Lília Biscalquini; SAMPAIO, Aloísio Costa. **Educação Ambiental: a prática pedagógica à cidadania**. São Paulo: Escrituras Editora, 2008.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa em educação ambiental na universidade. In: **Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. TALAMONI, Jandira Lília Biscalquini; SAMPAIO, Aloísio Costa (org). São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Disponível em <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>> Acesso em: 9 mai. 2019.

PELLENZ, Mayara. WALZBURGER, Samara. A importância da educação para a concretização do princípio político-jurídico da sustentabilidade. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.